

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/01/2020

- [Comitiva do CNJ verifica situação de crianças vindas da Venezuela](#)
- [Mutirão de audiências concentradas marca fechamento antecipado do Case de Abreu e Lima](#)
- [Agentes socioeducativos ministram oficinas na 2ª Semana Multidisciplinar do Case Caruaru](#)

**Assunto: Comitiva do CNJ verifica situação de crianças vindas da Venezuela**

**Fonte: CNJ**

**Data: 29/01/2020**



Ver de perto a situação do acolhimento de imigrantes venezuelanos no Brasil, com foco na situação de crianças e adolescentes, foi o objetivo de missão realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Roraima. A partir das visitas aos abrigos locais e da atuação do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), o CNJ deve discutir o diagnóstico da situação e propor soluções que atendam às condições legais do cuidado com a infância.

A comitiva do CNJ, composta pelo coordenador do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), conselheiro Luciano Frota, e das juízas auxiliares da Presidência e da Corregedoria, respectivamente, Lívia Peres e Sandra Silvestre, conheceu a Operação Acolhida, promovida pelo Exército brasileiro. A força-tarefa envolve o Poder Público local e federal, a sociedade civil e organizações internacionais. Com os dados colhidos durante visitas a abrigos de Boa Vista e Pacaraima, o grupo pretende subsidiar a atuação do CNJ quanto ao enfrentamento de questões relativas à regularização migratória de crianças e adolescentes venezuelanos imigrantes em território nacional.

Na avaliação dos representantes do CNJ, os locais que recebem as famílias venezuelanas têm estrutura adequada para o acolhimento. No entanto, já não há mais espaço para mais pessoas. De acordo com dados da Operação, Roraima tem o segundo maior fluxo migratório do mundo. Até o final de 2019, o Brasil recebeu, por dia, 523 imigrantes. Em média, 50% desse contingente permanece em território nacional e a outra metade apenas passa pelo Brasil com destino a outros países.

### **Garantia de direitos**

O conselheiro Luciano Frota afirmou que o envolvimento do Judiciário na questão tem o objetivo de garantir os direitos constitucionais e o cumprimento de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Além disso, ao conhecer como funciona o fluxo da imigração, o

Judiciário pretende trabalhar na proteção prioritária de crianças e adolescentes, que é a situação emergencial.

Frota afirmou que o Foninj deve avaliar, a partir de fevereiro, propostas de aproximação com a Casa Civil, órgão que coordena a Operação Acolhida. A ideia é criar um grupo para participar das discussões junto ao governo federal, evitando problemas com os compromissos do Brasil em relação à defesa prioritária das crianças.

Além disso, as condições dos abrigos devem ser verificadas, a fim de minorar o sofrimento das famílias. “É preciso reaparelhar os abrigos para atender aos requisitos legais. Há uma absoluta necessidade de sustento. O CNJ deve participar mais ativamente, em parceria com o TJRR”, disse o conselheiro.

Outra preocupação é com a uniformização dos dados dos imigrantes, que diferem nos registros da Operação, dos órgãos internacionais e da Casa Civil. “Hoje, cada instituição tem um sistema próprio, que não se comunica com os demais e os dados se chocam. É preciso ter informações mais confiáveis para pensar em uma política mais efetiva”, afirmou a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Lívia Peres.

O monitoramento das ocupações e da interiorização das famílias também está na pauta. A Organização Internacional de Migração (OIM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), possui informações sobre os abrigos e ocupações, mas não há dados sobre os que estão em situação de rua. Atualmente, há 2.840 pessoas em ocupações. Quanto à interiorização, que pretende levar as famílias para outros estados do Brasil, ainda faltam dados sobre quantas famílias saíram de Roraima e os locais que as receberam

Segundo o Exército, de março de 2018 a janeiro de 2020, 26.434 pessoas foram interiorizadas. O que se pretende é capacitar as pessoas para que possam encontrar emprego, além de trabalhar pela reunificação familiar e social dos imigrantes.

#### Aumento da demanda judicial

O número de processos na Vara da Infância e Juventude de Roraima também sofreu um impacto relevante desde o início do processo migratório. De acordo com a Corregedoria Nacional de Justiça, o TJRR possui cerca de 4 mil processos sobre o assunto, dos quais a metade é referente aos venezuelanos. Para a juíza auxiliar da Corregedoria Sandra Silvestre, o CNJ está dando suporte para que o tribunal consiga atender as demandas.

“O TJRR é proativo e busca rapidamente soluções rápidas para o enfrentamento do aumento da demanda. Eles possuem estatísticas específicas sobre os venezuelanos e por isso conseguem identificar os processos referentes aos imigrantes”, disse. De acordo com a magistrada, o tribunal trabalhou na melhoria significativa dos projetos, tornando o atendimento da Justiça Itinerante nos abrigos permanente e contínua; e deve inaugurar, esta semana, um posto de atendimento da Justiça, em Pacaraima, com a Operação Acolhida.

O próximo passo do Foninj será compartilhar os dados da missão com o Observatório Nacional de Casos Complexos, de Grande Impacto e Repercussão, que também acompanha os desdobramentos da entrada de venezuelanos no Brasil. “A ideia é que tenhamos um trabalho integrado do CNJ”, afirmou Frota.

**Assunto: Mutirão de audiências concentradas marca fechamento antecipado do Case de Abreu e Lima**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 29/01/2020



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da 1ª Vara Regional da Infância e Juventude da Capital (1ª VRIJ), realizou mutirão de audiências concentradas para marcar o fechamento antecipado do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Abreu e Lima, cidade localizada na Região Metropolitana do Recife. No total, durante mutirão realizado em 27 de janeiro, 15 adolescentes foram avaliados e tiveram a extinção da medida de internação anteriormente decretada.

**As audiências concentradas em Abreu e Lima atenderam a 15 jovens que cumpriam medida de**

cumprimento ao acordo firmado entre o Ministério Público, o Estado de Pernambuco e a Fundação de Atendimento Socioeducativo, a Funase, em audiência realizada em 08 de junho de 2018. O acordo fixou o prazo de fechamento da referida Unidade até 1º de setembro de 2020, nos moldes detalhados na Ação Civil Pública de NPU 0013368-35.2017.8.17.0001, movida pelo MPPE, em face da Funase e do Estado, cuja composição foi homologada por sentença proferida em 1º de agosto de 2018 e teve seu trânsito em julgado certificado em 19 de março de 2019”, explica a juíza Maria Amélia Lopes, responsável pela 1ª VRIJ da Capital.

Em 2019, foram atendidos 107 adolescentes nas audiências concentradas realizadas pelo Judiciário pernambucano. Nesses casos, houve três manutenções, 87 extinções e 17 progressões de medida para liberdade assistida.

**Assunto: Agentes socioeducativos ministram oficinas na 2ª Semana Multidisciplinar do Case Caruaru**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 29/01/2020**



Oratória, primeiros socorros, prevenção às drogas. Temas como esses estão sendo trabalhados junto a adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Caruaru, no Agreste do Estado, durante a 2ª Semana Multidisciplinar. O evento, que segue até esta quinta-feira (30), é uma iniciativa dos agentes socioeducativos da unidade, responsáveis pela ministração das oficinas, com apoio das equipes técnicas e de coordenadores que atuam no local. Além de levar conhecimentos específicos aos socioeducandos, a programação tem o intuito de estimular o empoderamento dos educadores no processo de reinserção social dos jovens atendidos.

Todos os 122 adolescentes da unidade estão participando de uma ou mais ações da Semana Multidisciplinar. Nesta quarta-feira (29), por exemplo, dia de visitas, familiares dos socioeducandos também serão integrados a algumas ações propostas pelo evento. Até agora, já ocorreram oficinas de Tangram e origami, que trabalharam a criatividade e o raciocínio dos participantes, e uma apresentação sobre como o uso de drogas pode atrapalhar metas e sonhos de quem as consome. Parte da programação está ocorrendo nas instalações do anexo da Escola Estadual José Carlos Florêncio, que funciona dentro do Case Caruaru.

“Os temas das oficinas foram propostos pelos agentes socioeducativos. Era uma demanda presente na fala desses servidores: a necessidade de mais oportunidades de se colocarem como protagonistas das ações realizadas junto aos socioeducandos. Conseguimos realizar o primeiro evento no ano passado, foi uma experiência positiva e, agora, agregamos mais pessoas, inclusive os técnicos da unidade. Tudo está sendo feito por quem atua na ponta, diretamente com os adolescentes, o que contribui para estreitar laços e tem um impacto significativo na rotina da unidade”, destaca o coordenador geral do Case Caruaru, Márcio Oliveira.

A programação ainda contará com oficinas sobre sociedade contemporânea, primeiros socorros, oratória e esportes. A expectativa é de que, a partir dessa segunda experiência da Semana Multidisciplinar no Case Caruaru, possa ser construída a proposta de um novo evento do tipo, desta vez, inserido na programação de férias dos socioeducandos no mês de julho deste ano.